

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
EDITAL Nº 009, DE 28 DE OUTUBRO DE 2022

RETIFICAÇÃO Nº 01

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS - SEAD, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os dispositivos da Constituição Federal vigente, Lei Estadual nº 20.491/2019, Lei Estadual nº 19.633/2017, Lei Estadual nº 20.756/20, Lei nº 15.680/2006, Lei Estadual n.º 19.587/2017 e suas alterações, torna público a retificação do Edital nº 009/2022 do Concurso Público para os cargos de Analista Ambiental e Técnico Ambiental do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, conforme a seguir:

1. Alterar os requisitos do quadro do item 2.5.1 do cargo de Técnico Ambiental, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Requisitos: formação em técnico em agropecuária; técnico em mineração; técnico em estradas; técnico em saneamento; técnico em meio ambiente; técnico em regulamentação ambiental; ou equivalentes; admitido curso de nível superior nas áreas de Agronomia, Biologia/Ecologia, Ciências Sociais/Sociologia, Direito, Engenharia (Ambiental/Sanitária), Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Engenheiro de Minas, Geografia, Geologia, Geoprocessamento/Cartografia, Gestão Ambiental e Medicina Veterinária; ainda, registro no órgão fiscalizador de exercício profissional.

2. Incluir no conteúdo programático de conhecimentos específicos no Anexo II do cargo de Técnico Ambiental, os conteúdos, conforme a seguir:

TÉCNICO AMBIENTAL:

7. Legislação: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000** - Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012** - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006** - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013** - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências. **Lei nº 20.694, de 26 de dezembro de 2019** - Dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás e dá outras providências. **Decreto nº 9.710, de 03 de setembro de 2020** - Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Estadual nº 20.694, de 26 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as normas gerais para o Licenciamento Ambiental no Estado de Goiás e dá outras providências. **Decreto nº 10.054, de 25 de fevereiro de 2022** - Altera o Decreto nº 9.710, de 3 de setembro de 2020, e o Anexo Único do Decreto nº 9.308, de 12 de setembro de 2018. **Lei nº 21.231, de 10 de janeiro de 2022** - Dispõe sobre a regularização de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como a compensação florestal e a compensação por danos para regularizar a supressão da vegetação nativa realizada sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, também a definição dos parâmetros da compensação florestal e da reposição florestal no Estado de Goiás. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000** - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Decreto federal nº 4.340/2002** - Regulamenta o SNUC. **Resolução conama 371/2006** - Estabelece diretrizes sobre o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos da compensação ambiental. **Lei nº 14.247, de 29 de julho de 2002** - Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998** - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008** - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Lei nº 18.102, de 18 de julho de 2013** - Dispõe sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções, institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual e dá outras providências. **Lei nº 20.961, de 13 de janeiro de 2021** - Altera a Lei nº 18.102, de 18 de julho de 2013, que dispõe sobre as infrações administrativas ao meio ambiente e respectivas sanções, institui o processo administrativo para sua apuração no âmbito estadual, e a Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997** - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta

o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Lei nº 13.123, de 16 de julho de 1997** - Estabelece normas de orientação à política estadual de recursos hídricos, bem como ao sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências. **Resolução CERHI Nº 22 de 09 de julho de 2019** - Estabelece o Regulamento do Sistema de outorga das águas de domínio do Estado de Goiás e dá outras providências. **Lei nº 14.241, de 29 de julho de 2002** - Dispõe sobre a proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás e dá outras providências. **Lei nº 20758 DE 30/01/2020** - Estabelece a Política Estadual de Segurança e Eficiência de Barragens - PESB, e dá outras providências. **Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010** - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. **Lei nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997** - Dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática e dá outras providências e suas alterações (Lei nº 15.894, de 12 de dezembro 2006 e Lei nº 17.985, de 22 de fevereiro de 2013, Lei nº 19.337, de 09 de junho de 2016 e Lei nº 21.215, de 23 de dezembro de 2021). **Lei nº 19.955, de 29 de dezembro de 2017** - Altera a Lei nº 14.247, de 29 de julho de 2002, e dá outras providências. **Lei estadual nº 20.065/2018** - Introduz alterações na Lei nº 19.955/2017 de dezembro de 2017. **Lei estadual nº 18.037/2013** - Altera a Lei 14.241/2002. **Constituição Federal - CF** artigos 21, XIX e XX; 23, inc. VI e VII; art. v24, inc. VI e VIII e art. 225. Capítulo II - Da União e Capítulo VI - Do Meio Ambiente. **Constituição Estadual** - Capítulo V - Da Proteção dos Recursos Naturais e da Preservação Do Meio Ambiente. **Sisnama** - integrantes, finalidades e competências. **Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011** - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Lei Complementar nº 177 de 24 de agosto de 2022** - Regulamenta o disposto no § 1º do art. 107 da Constituição do Estado de Goiás, conforme as alterações de seus incisos nos termos da Emenda Constitucional nº 70, de 7 de dezembro de 2021. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Lei nº 14.248, de 29 de julho de 2002** - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

3. Excluir do conteúdo programático de conhecimentos específicos de Legislação (para todas as funções) no Anexo II do cargo de Analista Ambiental, os conteúdos, conforme a seguir:

Lei complementar nº 90, de 22 de dezembro de 2011 - Regulamenta o disposto no inciso III do § 1º do art. 107 da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda Constitucional nº40, de 30 de maio de 2007, e dá outras providências. **Decreto nº 8.147, de 08 de abril de 2014** - Regulamenta a Lei Complementar nº 90, de 22 de dezembro de 2011.

4. Incluir no conteúdo programático de conhecimentos específicos de Legislação (para todas as funções) no Anexo II do cargo de Analista Ambiental, o conteúdo, conforme a seguir:

Lei Complementar nº 177 de 24 de agosto de 2022 - Regulamenta o disposto no § 1º do art. 107 da Constituição do Estado de Goiás, conforme as alterações de seus incisos nos termos da Emenda Constitucional nº 70, de 7 de dezembro de 2021.

5. Alterar o conteúdo programático de conhecimentos específicos no Anexo II do cargo de Analista Ambiental - Função Direito, que passa a vigorar com a seguinte redação:

DIREITO:

1. Direito Administrativo: 1.1. Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 1.2. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios. 1.3. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta. 1.4. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. 1.5. Processo administrativo disciplinar e sindicância. 1.6. Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). 1.7. Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). 1.8. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). 1.9. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos). 1.10. Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal): princípios, conceitos, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal. 1.11. Lei Estadual 20.756/2020 (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências). 1.12. ISO 14001 - Auditoria Ambiental. **2. Direito Constitucional:** 2.1. Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.2. Interpretação das normas constitucionais; métodos, princípios e limites. 2.3. Poder constituinte. 2.4. Princípios fundamentais. 2.5. Direitos e garantias fundamentais. 2.6. Organização do Estado.

2.7. Administração pública. 2.8. Organização dos poderes no Estado. 2.9. Mecanismos de freios e contrapesos. 2.10. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário: composição e atribuições. 2.11. O Estado federal: a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios. 2.12. Processo Legislativo. 2.13. Funções essenciais à justiça. 2.14. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. 2.15. Controle da Constitucionalidade. 2.16. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 2.17. Sistema Tributário Nacional. 2.18. Finanças públicas. 2.19. Ordem Econômica e Financeira. 2.20. Ordem social. 2.21. Remédios Constitucionais. 2.22. Mandado de Segurança. 2.23. Habeas Corpus. 2.24. Habeas Data. 2.25. Mandado de Injunção. 2.26. Ação Popular. 2.27. Ação Civil Pública. **3. Direito Civil:** 3.1. Fontes do direito civil, princípios aplicáveis e normas gerais. 3.2. Pessoas naturais e pessoas jurídicas. 3.3. Domicílio. Bens. 3.4. Atos jurídicos. 3.5. Negócio jurídico. 3.6. Prescrição e decadência. 3.7. Prova. 3.8. Obrigações. 3.9. Contratos. 3.10. Responsabilidade Civil. 3.11. Posse, propriedade e direitos reais. **4. Direito Processual Civil:** 4.1. Jurisdição e Ação. 4.2. Processo e procedimento. 4.3. Condições da ação e pressupostos processuais. 4.4. Partes e Procuradores. 4.5. Litisconsórcio. 4.6. Intervenção de terceiros. 4.7. Competência. 4.8. Atos processuais. 4.9. Formação, suspensão e extinção do processo. 4.10. Resposta do réu. 4.11. Revelia. 4.12. Julgamento conforme o estado do processo. 4.13. Provas. Audiência. 4.14. Sentença e coisa julgada. 4.15. Liquidação e Cumprimento de Sentença. 4.16. Execução. 4.17. Recursos. 4.18. Ação rescisória. 4.19. Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.

6. Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no Edital nº 009/2022.

Goiânia, 11 de novembro de 2022.

Alexandre Demartini Rodrigues

Secretário de Estado de Administração - SEAD Interino